


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1003668-54.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Ação de Exigir Contas - Liminar**  
 Requerente: **Eduardo de Oliveira**  
 Requerido: **BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

EDUARDO DE OLIVEIRA, qualificado na inicial, ajuizou ação de Ação de Exigir Contas em face de BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento alegando tenha firmado com o réu contrato financeiro, em 28/02/2011, ao qual vinculado o veículo FIAT Siena, Placa EVG-3699, 2011-2011, RENAVAN 299.307.735 e chassi final 0890, reclamando descumprimento, pelo réu, das disposições contidas na Medida Provisória nº 2.170-36, 23 de agosto de 2001, que em seu art. 5º, parágrafo único, vigente por força do art. 2º da Emenda Constitucional nº 32, de 11 de setembro de 2001, teria estabelecido o dever de prestar informações com clareza ao tomador de empréstimos realizados pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, à vista do que requereu a determinação ao réu de que apresente os cálculos indicando o valor exato da obrigação e de seu saldo devedor, por meio de planilha que indique o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena da multa.

O banco réu, citado, peticionou nos autos contestando o pedido, alegando carência de ação por inadequação do procedimento cautelar para a prestação de contas, e pela falta de recusa da requerida em fornecer o documento pleiteado, enquanto no mérito afirma inexistirem os requisitos cautelares para deferimento da liminar, trazendo aos autos cópia do contrato e de planilha contendo o valor das prestações, concluindo pela improcedência da ação.

A autora replicou sustentando que a contestação do réu versa sobre ação cautelar de exibição de documentos, enquanto o pedido formulado na presente ação é o de obtenção de planilha de cálculo, de modo que, nos moldes do artigo 302 do Código de Processo Civil, pretende o acolhimento do pleito inicial, reafirmados.

É o relatório.

Decido.

O pedido de “*obtenção de planilha de cálculo*”, na qual indicados “*o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais*” (sic.), conforme postulados pela autora, é, na verdade, pleito de prestação de contas.

Não se olvida que, segundo nominado pelo nobre procurador da autora, a presente ação seria *cautelar inominada com preceito cominatório*, o que, por si, já demonstra o grave equívoco técnico, uma vez que, a propósito da lição de HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, “*o poder instrumental manipulado pela parte na ação cautelar não assenta na pretensão material*,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**5ª VARA CÍVEL**

**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

que é objeto do processo chamado principal, mas na necessidade de garantir a estabilidade ou preservação de uma situação de fato e de direito sobre a qual vai incidir a prestação jurisdicional”<sup>1</sup>, interpretação da qual não diverge a que vem dando ao tema nossos tribunais, para os quais a tutela cautelar é “uma atividade-meio, instrumental, destinada a garantir o sucesso da atividade principal. E desse modo entre a medida cautelar e a medida satisfativa estabelece-se uma relação de heterogeneidade, de forma que, no instante em que se opera a eficácia do provimento cognitivo ou executório, cessa a da medida cautelar” (AI nº 948.015-3 - Terceira Câmara 1º TACSP – v. u. - LUIZ ANTONIO DE GODOY, Relator)<sup>2</sup>.

Vê-se, portanto, que não é a satisfação do próprio interesse material o objeto de tutela mediante ação cautelar, mas tão somente a preservação de situação que permita auferir utilidade ou efetividade na tutela de mérito, a ser obtida através da ação principal, ou seja: não pode a ação cautelar ter intuito satisfativo.

Sob esse enfoque, o afirmado *preceito cominatório* nada mais é do que a prestação das contas e, portanto, a satisfação integral do interesse material da autora.

A presente ação, portanto, nada tem de cautelar.

E não se diga que o nome dado à presente ação possa ter criado qualquer tipo de cerceamento de defesa do réu, pois como se verá a seguir, a leitura da causa de pedir e do pedido deixam evidente todos os elementos de uma ação satisfativa, de prestação de contas, cumprindo, então, considerar a “irrelevância do nome juris dado à ação, visto que atinge sua finalidade” (AC nº 197.471-5/0-00 - Oitava Câm. Dir. Público Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - votação unânime - JOSÉ SANTANA, Relator<sup>3</sup>).

É de se ver, contudo, que a presente ação não reclama exibição de documento, mas sim a prestação das contas do contrato, de modo que não há como se aplicar o entendimento postulado.

Havendo causa de pedir e pedido claros, portanto, cumpre rejeitada também essa preliminar.

No mérito, a defesa do banco réu resume-se a afirmar a carência dos requisitos cautelares (*fumus boni juris* e *periculum in mora*), ao tempo que exhibe cópia do contrato, reclamando a dispensa da condenação na sucumbência.

Cumpre considerar, contudo, que a leitura da inicial, causa de pedir e pedido, indicam, como já exaustivamente analisado, se tratar de pedido de prestação de contas.

E não há, aqui, como se aplicar a presunção de veracidade reclamada pelo autor, a partir do disposto no *caput* do art. 302, do Código de Processo Civil, com o que, “se o fato narrado pelo autor não é impugnado especificamente pelo réu de modo preciso, este fato, presumido verdadeiro, deixa de ser fato controvertido” (cf. JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS<sup>4</sup>).

É que a questão controvertida é de direito, não de fato, e como se sabe, em tais casos, a presunção de veracidade “não incide sobre o direito da parte, mas tão-somente quanto à matéria de fato” (RSTJ 5/363; STJ-3ª Turma, REsp. 252.152-MG, rel. Min. Waldemar Zveiter, v.u.)<sup>5</sup>.

Analisada a questão sob o tema de direito, cumpre lembrar que a ação de prestação de contas subdivide-se em duas fases distintas: “nesta primeira fase, não se discute se a

<sup>1</sup> HUMBERTO THEODORO JÚNIOR, *Processo Cautelar*, Leud, SP, 1985, p. 70.

<sup>2</sup> LEX - JTACSP - Volume 187 - Página 84.

<sup>3</sup> LEX - TJ-SP - 2004 - Volume 280 - Página 15.

<sup>4</sup> JOSÉ JOAQUIM CALMOM DE PASSOS, *Comentários ao Código de Processo Civil*, Vol. III, 8ª ed., 2001, Forense-RJ, n. 197.2/3/4, p. 287.

<sup>5</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, *Código de Processo Civil e legislação processual civil em vigor*, 36ª ed., 2004, SP, Saraiva, p. 425, nota 8 ao art. 319.


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**5ª VARA CÍVEL**
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*apelada é ou não credora de qualquer importância, mas, isto sim, se é ela credora ou não das contas. E, como há entre as partes a existência de relação jurídica, consubstanciada em casamento pelo regime da comunhão de bens, com posterior separação judicial e administração dos bens comuns pelo apelante, por óbvio que este é devedor das contas, pois a ação proposta, segundo ADROALDO FURTADO FABRÍCIO, "tem a finalidade de aclarar qual o estado, em determinado momento, das relações contrapostas de débito e crédito entre os interessados, de tal modo que só depois de prestados se saberá quem há de pagar e quem tem a receber" ("Comentários ao Código de Processo Civil", t. III/387, vol. VIII).*

*"Conclui-se, destarte, que a primeira fase da "ação de contas exigidas" (artigo 915 do Código de Processo Civil) envolve juízo de admissibilidade ou não da tutela jurisdicional invocada, posto que o Juiz profere sentença quanto à relação de direito substancial, isto é, quanto à obrigação de o réu prestar contas. Declara-o obrigado ou desobrigado (MOACYR AMARAL SANTOS, "Ações Cominatórias no Direito Brasileiro", t. 2/444, n. 92).*

*"Admitida a obrigação, na segunda fase é que se aferirá se as contas estão ou não boas. "Na ação de prestação de contas, não há na segunda fase, sentença que julgue que foram boas e bem prestadas, ou não" (PONTES DE MIRANDA, ob. cit., pág. 123)" (Apelação Cível n. 42.212-4 - Terceira Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo - v. u. - ANTONIO MANSSUR, Relator <sup>6</sup>).*

No caso analisado, o réu atua como banco comercial, e nessas condições cumpre-lhe observar a obrigação de apresentar ao correntista ou contratante uma discriminação de todos os lançamentos e valores utilizados no cálculo do valor do contrato, de modo a possibilitar controle exato pelo tomador, valendo a tanto a jurisprudência: *"Prestação de contas - Primeira fase - Ajuizamento por correntista contra instituição bancária - Legitimidade confirmada - Súmula 259 do E. Superior Tribunal de Justiça - Inequívoca obrigação de o banco réu apresentar não somente sucintos extratos mensais, mas também a discriminação de todos os lançamentos efetuados na conta-corrente, de modo a possibilitar controle exato - Observância do disposto no artigo 917 do Código de Processo Civil - Jurisprudência consolidada - Apelação desprovida"* (cf. Ap. nº 0004379-58.2011.8.26.0079 - 14ª Câmara de Direito Privado TJSP - 22/07/2014 <sup>7</sup>).

À vista dessas circunstâncias, acolhe-se o pedido para impor ao banco réu a obrigação de prestar as contas referentes ao Contrato de Financiamento nº 245010697, datado de 28 de fevereiro de 2011, no valor de R\$ 32.140,00, com taxa efetiva de juros pré-fixada de 1,77% ao mês e 23,43% ao ano, para pagamento em sessenta (60) prestações no valor de R\$ 992,46.

Havendo dever do banco réu em prestar as contas, fica acolhido o pedido.

Descabe, nesta fase do processo, a condenação na sucumbência, pois que não se sabe em favor de qual das partes haverá saldo (*vide decisão em RTJ 88/354, anotada por THEOTÔNIO NEGRÃO* <sup>8</sup>).

Isto posto, JULGO PROCEDENTE a presente demanda para o fim de determinar ao réu BV Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento realize a devida prestação de contas ao autor EDUARDO DE OLIVEIRA, no prazo de quarenta e oito (48) horas, no que respeita o valor do Contrato de Financiamento nº 245010697, datado de 28 de fevereiro de 2011, no valor de R\$ 32.140,00, com taxa efetiva de juros pré-fixada de 1,77% ao mês e 23,43% ao ano, para pagamento em sessenta (60) prestações no valor de R\$ 992,46, através de demonstrativo de formato mercantil/contábil que demonstre o saldo devedor discriminando, o valor principal da dívida, seus encargos e despesas contratuais, a parcela de juros e os critérios de sua incidência, a parcela correspondente a multas e demais penalidades contratuais, até a presente data, sob pena de

<sup>6</sup> LEX - JTJ - Volume 218 - Página 148

<sup>7</sup> www.esaj.tjsp.jus.br.

<sup>8</sup> THEOTÔNIO NEGRÃO, ob. cit., p. 139, nota 4 ao art. 21.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

não lhe ser lícito impugnar as que o autor apresentar.

P. R. I.

São Carlos, 28 de julho de 2016.

**Vilson Palaro Júnior**  
**Juiz de Direito**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,**  
**CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**